



HOSPITAL MUNICIPAL CAJAMAR
Enfermeiro Antônio Policarpo de Oliveira

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO
DE
2022

ÍNDICE

Página(s)

Balanço Patrimonial	2
---------------------	---

Demonstração do Resultado do Período	3
--------------------------------------	---

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	4
---	---

Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
----------------------------------	---

Notas Explicativas	6 à 17
--------------------	--------



Página | 1

**BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**
(em Reais)

ATIVO	Notas	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalente de Caixa	4	-	1.658.186,20
Adiantamento a Empregados	5	-	49.961,41
Adiantamentos para Despesas		-	1.671,55
Impostos Recuperáveis	6	-	9.260,06
Créditos de Contratos de Gestão	7	-	3.230.954,73
Outros Créditos	8	-	23.261,38
		-	4.973.295,33
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	9	-	2.004.435,25
Intangível	10	-	1.271,75
		-	2.005.707,00
TOTAL DO ATIVO		-	6.979.002,33

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores		-	557.324,24
Obrigações Trabalhistas	11	-	644.981,15
Obrigações Sociais e Fiscais	12	-	334.123,47
Contas a Pagar	13	-	274.073,08
Provisões para Férias e Encargos	14	-	768.316,87
		-	2.578.818,81

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Recursos Governamentais a Realizar		-	433.264,00
Bens Públicos em nosso poder	15	-	2.005.707,00
		-	2.438.971,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio Social		1.961.212,52	925.451,90
Superávit / (Déficit) do Exercício		(2.179.710,42)	1.035.760,62
Transferências Patrimoniais		218.497,90	-
		-	1.961.212,52

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - **6.979.002,33**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS PERÍODOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em Reais)

	Notas	2022	2021
RECEITAS LÍQUIDAS	16	12.984.156,76	43.936.674,94
Contrato de Gestão	17	12.886.823,81	44.831.684,00
Realização de Bens Públicos em nosso poder		214.897,73	206.872,66
(-) Repasse destinado à aquisição do imobilizado	3.h	-	(296.990,59)
(-) Devolução de Recursos Públicos	18	-	(804.891,13)
(-) Glosas sobre Contratos e Convênios		(117.564,78)	-
CUSTOS		(14.400.122,56)	(38.441.455,66)
Pessoal e Reflexos	20	(6.559.548,66)	(13.511.269,12)
Serviços Terceirizados	21	(6.565.458,78)	(20.258.407,20)
Medicamentos e Materiais de Consumo	22	(1.275.115,12)	(4.671.779,34)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	27	(1.212.652,65)	(3.129.131,39)
(-) Isenção da CPP Usufruída	27	1.212.652,65	3.129.131,39
(=) RESULTADO BRUTO		(1.415.965,80)	5.495.219,28
DESPESAS		(1.493.307,48)	(4.587.114,69)
Impostos, Taxas e Contribuições		(1.442,72)	(3.078,68)
Despesas Gerais	23	(1.491.864,76)	(4.584.036,01)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		533.784,90	7.070,38
Receitas com Doações		213,19	2.100,00
Outras Receitas		533.571,71	4.970,38
(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS		(2.375.488,38)	915.174,97
RESULTADO FINANCEIRO	19	195.777,96	120.585,65
Receitas Financeiras		199.261,50	135.706,82
Despesas Financeiras		(3.483,54)	(15.121,17)
SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		(2.179.710,42)	1.035.760,62

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Página | 3

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulados	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.001.685,66	(1.079.685,42)	3.451,66	925.451,90
Incorporação do Superávit/Déficit	(1.079.685,42)	1.079.685,42	-	-
Transferências Patrimoniais	3.451,66	-	(3.451,66)	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	1.035.760,62	-	1.035.760,62
Saldo em 31 de dezembro de 2021	925.451,90	1.035.760,62	-	1.961.212,52
Incorporação do Superávit/Déficit	1.035.760,62	(1.035.760,62)	-	-
Transferências Patrimoniais	-	-	218.497,90	218.497,90
Superávit/Déficit do Exercício	-	(2.179.710,42)	-	(2.179.710,42)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.961.212,52	(2.179.710,42)	218.497,90	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



Página | 4

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS PERÍODOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em Reais)

	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit / (Déficit) do Exercício	(2.179.710,42)	1.035.760,62
(Aumento) Redução do Ativo		
Adiantamentos a Empregados	49.961,41	(49.961,41)
Adiantamentos para Despesas	1.671,55	(1.643,13)
Impostos Recuperáveis	9.260,06	(9.260,06)
Créditos com Convênios	3.230.954,73	(600.500,45)
Outros Créditos	23.261,38	(23.261,38)
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	(557.324,24)	(313.806,66)
Obrigações Trabalhistas	(644.981,15)	106.264,52
Obrigações Sociais e Fiscais	(334.123,47)	37.208,66
Provisões para Férias e Encargos	(768.316,87)	200.124,82
Recursos Governamentais a Realizar	(433.264,00)	-
Outras Obrigações	(274.073,08)	51.344,13
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(1.876.684,10)	432.269,66
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imob/Intang. Pertencente a Gestão Pública	-	(296.990,59)
Caixa Líquido Consumido ns Atividades de Investimento	-	(296.990,59)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Numerário para Aquis. de Imobilizado	-	296.990,59
Incorporação ao Patrimônio Líquido	218.497,90	-
Caixa Líquido Consumido ns Atividades de Financiamento	218.497,90	296.990,59
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	(1.658.186,20)	432.269,66
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Disponibilidades no Início do Exercício	1.658.186,20	1.225.916,54
Disponibilidades no Final do Exercício	-	1.658.186,20
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	(1.658.186,20)	432.269,66

explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com o Estatuto Social original devidamente registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Embu das Artes, Arujá, Poá, Americana, Guarulhos, Cajamar, Mauá, Salto, Santo André, Taubaté, Bertioga, Carapicuíba, Campinas, Rio de Janeiro, Maricá e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.

Esta instituição presta serviços na área de saúde, realizando ações através de contratos de gestão e convênios firmados junto às Prefeituras dos Municípios de São Paulo, Embu das Artes, Mogi das Cruzes, Carapicuíba, Campinas, Cajamar, Peruíbe, Rio de Janeiro e Governo do Estado de São Paulo. Na promoção em saúde, as ações são realizadas através dos programas de "Voluntariado", "Deficiente Saudável", "Integração com a Comunidade", "Meio Ambiente" e "PAISM - Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher", executados pelo Instituto de Responsabilidade Social Dr. Fenando Proença de Gouvêa.

O **CEJAM** qualificado como Organização Social de Saúde pelo Município de Cajamar, através do Contrato de Gestão nº 25/2019, firmado em caráter emergencial com a **Prefeitura do Município de Cajamar** em 07 de junho de 2019, visando gerenciar, operacionalizar e executar ações e serviços de saúde em regime de 24 horas/dia no **Hospital Municipal Enfermeiro Antônio Policarpo de Oliveira** com a missão de acolher a população da região, prestando assistência humanizada e eficiente, em conformidade com os princípios do SUS, e contribuir para o Sistema de Saúde.

Cabe ressaltar que em 30 de abril de 2022 o Contrato de Gestão nº 25/2019 foi encerrado.

As demonstrações contábeis da Entidade foram preparadas no pressuposto da continuidade normal e não inclui quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar em atividade.



Página | 6

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.b) Base de mensuração:

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao exercício apresentado nessas demonstrações contábeis.

3.a) Instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros não derivativos:** a entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculados representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às

obrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe darão origem.

- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2022.

3.b) Estoques (quando aplicável):

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos e despesas.

3.c) Imobilizado:

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de reserva de capital "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela entidade. A administração, reavaliou a situação do exercício de 2022 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2021. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
 - Benfeitorias: 25 anos;
 - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
 - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
 - Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos;
 - Equipamentos de informática: 5 anos;
 - Móveis e utensílios: 10 anos.

3.d) Intangível:

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.



Página | 8

3.e) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A administração da entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.f) Passivo circulante e não circulante:

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.g) Patrimônio líquido:

Representa o patrimônio inicial da entidade, acrescido ou reduzido dos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

3.h) Receitas:

As receitas da entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada “(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado”, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de “bens públicos em nosso poder” e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

3.i) Despesas:

As despesas da entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.



3.j) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

3.k) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

BANCOS – CONTA MOVIMENTO	2022	2021
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	734,17
	-	734,17

BANCOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2022	2021
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	1.657.452,03
	-	1.657.452,03

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

5. ADIANTAMENTO DE EMPREGADOS

	2022	2021
Adiantamento de Férias	-	49.961,41
	-	49.961,41



Página | 10

6. IMPOSTOS RECUPERÁVEIS

	2022	2021
INSS a Recuperar	-	9.260,06
	-	9.260,06

7. CRÉDITOS COM CONTRATOS DE GESTÃO

	2022	2021
Contrato de Gestão nº 48/2020	-	3.230.954,73
	-	3.230.954,73

8. OUTROS CRÉDITOS

	2022	2021
Outros Valores a Regularizar	-	23.261,38
	-	23.261,38

9. IMOBILIZADO

	2022	2021
Benfeitorias em Imóveis	-	318.261,10
Instalações	-	113.162,38
Máquinas e Equipamentos	-	477.223,00
Equipamentos de Uso Médico	-	1.267.294,40
Aparelhos e Instrumentos de Uso Médico	-	42.143,71
Equipamentos de Informática	-	10.185,85
Móveis e Utensílios	-	96.776,54
(-) Depreciação Acumulada	-	(320.611,73)
	-	2.004.435,25

Conforme preceituado nos contratos de gestão firmados entre o CEJAM e a Prefeitura do Município de Cajamar, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos contratos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.



10. INTANGÍVEL

	2022	2021
Direitos de Uso de Sistemas	-	2.330,00
(-) Amortização Acumulada	-	(1.058,25)
	-	1.271,75

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2022	2021
Salários a Pagar	-	644.981,15
	-	644.981,15

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2022	2021
INSS sobre Salários a Recolher	-	27.792,43
FGTS a Recolher	-	94.546,57
Contr. Sindicais e Assistenciais a Recolher	-	859,60
IRRF sobre Pessoas Físicas a Recolher	-	112.616,25
IRRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	-	17.982,78
CSRF sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	-	55.795,98
INSS sobre Pessoas Jurídicas a Recolher	-	21.969,64
ISS Retido na Fonte a Recolher	-	2.560,22
	-	334.123,47

13. CONTAS A PAGAR

	2022	2021
CEJAM – Mantenedora	-	223.404,18
SABESP	-	27.370,58
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade	-	23.298,32
	-	274.073,08

14. PROVISÕES PARA FÉRIAS E ENCARGOS

	2022	2021
Provisão para Férias	-	711.439,01
Provisão para FGTS sobre Férias	-	56.877,86
	-	768.316,87

15. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER

A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 2.005.707,00 em 2021, refere-se aos valores recebidos da Prefeitura do Município de Cajamar para aquisição de ativo imobilizado e intangível, que serão devolvidos ao município quando do término do contrato de gestão.

O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

16. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço.

17. RECEITA COM CONTRATOS DE GESTÃO

	2022	2021
Contrato de Gestão nº 48/2020	12.886.823,81	33.014.258,37
Contrato de Gestão nº 17/2021	-	11.817.425,63
	12.886.823,81	44.831.684,00

18. DEVOUÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS

	2022	2021
Contrato de Gestão nº 17/2021	-	804.891,13
	-	804.891,13

19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Rendimentos de Aplicações Financeiras	187.779,68	109.681,09
Descontos Obtidos	11.481,82	26.025,73
(-) Tarifas Bancárias	(2.192,65)	(8.000,65)
(-) Juros e Mora de Fornecedores	(87,56)	(2.983,51)
(-) Descontos Concedidos	(0,01)	-
(-) Juros e Acréscimos sobre Impostos	(1.203,32)	(4.137,01)
	195.777,96	120.585,65

20. PESSOAL E REFLEXOS

	2022	2021
Ordenados	2.884.647,79	9.481.182,04
13º Salários	-	639.423,78
Férias	-	722.347,36
Indenizações e Avisos Prévios	1.751.808,10	753.422,11
Gratificações	9.414,68	28.876,79
Insalubridade	220.979,92	-
Horas Extras	587.573,47	-
DSR	50.568,71	-
Auxílio Creche	31.093,73	93.225,29
Auxílio Farmácia	-	297,03
Assistência Médica e Odontológica	1.575,51	4.588,31
Vale Transporte	64.924,28	241.683,08
Vale Refeição	-	14.479,03
Cesta Básica	156.328,01	437.969,71
Uniformes	12.336,47	6.715,46
Formação Profissional e Capacitação	24.005,83	40.921,99
Seguro de Vida	1.223,32	2.650,77
Contribuições ao FGTS	763.068,84	1.043.486,37
	6.559.548,66	13.511.269,12

21. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

	2022	2021
Serviços Médicos – Pessoas Jurídicas	5.731.867,51	17.461.945,32
Serviços Médicos – Pessoas Físicas	-	128.418,19
Serviços Diversos – Pessoas Jurídicas	833.591,27	2.614.843,69
Serviços Diversos – Pessoas Físicas	-	53.200,00
	6.565.458,78	20.258.407,20

22. MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO

	2022	2021
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	824.176,61	3.578.225,92
Gêneros Alimentícios	281.105,21	529.214,62
Materiais de Escritório e Informática	38.785,12	56.213,05
Materiais de Limpeza e Descartáveis	50.773,88	140.820,14
Nutrição e Dietética	17.344,27	65.833,09
Materiais de Conservação e Reparos	29.473,68	81.143,20
EPI – Equipamento de Proteção Individual	8.055,70	97.483,75
Outros Materiais	25.400,65	122.845,57
	1.275.115,12	4.671.779,34

23. DESPESAS GERAIS

	2022	2021
Contas de Consumo (Água, Luz, Telefone)	297.182,96	524.653,60
Aluguéis de Equipamentos Hospitalares	135.253,34	1.453.622,07
Aluguéis de Móveis e Utensílios	242.987,13	1.341.630,60
Aluguéis de Veículos	-	2.333,16
Administrativas	428,68	-
Publicidade	-	4,00
Eventos	418,34	491,36
Despesas Institucionais	571.648,90	1.035.342,71
Bens não Imobilizados	849,00	18.962,79
Depreciações e Amortizações	214.897,73	206.872,66
Demais Despesas	28.198,68	123,06
	1.491.864,76	4.584.036,01

24. COBERTURAS DE SEGUROS

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

25. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para

acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

26. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018 a 29 de novembro de 2021**.

Em 24 de março de 2023, através da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, edição 60, seção 1, página 87, em consideração a Nota Técnica nº 201/2023-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024**.

27. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2022 foi de R\$ 1.212.652,65 (em 2021 foi de R\$ 3.129.131,39) e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS	2022	2021
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(1.212.652,65)	(3.092.807,76)
Cota Patronal sobre Serviços Prestados por Pessoas Físicas	-	(36.323,63)
	(1.212.652,65)	(3.129.131,39)
(-) Isenção Usufruída		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	1.212.652,65	3.092.807,76
(-) Cota Patronal INSS sobre a Pessoas Físicas	-	36.323,63
	0,00	0,00

28. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)

Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários.

COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Cajamar (SP), 31 de dezembro de 2022.



Dr. Mário Santoro Junior

Gerente de Desenvolvimento
Institucional



Alexandre Papi

Contador CRC nº 1SP130223/0-3